

PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR «DE PRODUCTION LOCALE»: INSTRUMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA EQUAÇÃO ALIMENTAR?

Balem, Tatiana Aparecida¹
Fialho, Marco Antônio Verardi²
Schneider, Sergio³

Recibido: 15-11-2018 Revisado: 08-07-2021 Aceptado: 25-07-2021

<https://doi.org/10.53766/Agroalim/2021.27.52.06>

RESUMO

O regime agroalimentar industrial acusa uma série de problemas, os quais são considerados questões-chaves para o debate acerca da Nova Equação Alimentar (NEA). Estão elas no centro do debate sobre a segurança alimentar, quais sejam, os problemas de saúde, a sustentabilidade do sistema agroalimentar e a erosão dos vínculos entre produção e consumo. Parte-se do pressuposto que os PAEs podem ser importantes instrumentos ou «portas de entradas» de realocação da alimentação e de emergência de um novo regime agroalimentar. Assim, esse trabalho busca analisar em que medida as políticas de alimentação escolar estão alinhadas ou contribuem com o debate circunscrito no conjunto de ideias da NEA. Foram analisadas as contribuições da política do World Food Programme, da política brasileira estabelecida a partir de 2009, além disso, do referencial dos autores Morgan e Sonnino, tidos como basilares na discussão do potencial dos PAEs na reconstrução do sistema agroalimentar. A base da discussão dos PAEs «de production locale»: (*home-grown school feeding*) como porta de entrada para uma NEA está alinhada com quatro princípios básicos: i) compra de alimentos da agricultura local e de pequena escala; ii) valorização da cultura alimentar; iii) fornecimento de alimentos de qualidade e saudáveis aos escolares; iv) a alimentação escolar como estímulo ao desenvolvimento de sistemas de produção e de consumo alternativos. É possível apontar que a alimentação escolar tem potencial de construir uma nova cultura coletiva de desenvolvimento sustentável e de um sistema agroalimentar amparado pela reconexão entre produção e consumo. No entanto, é necessário que o Estado crie mecanismos e outras políticas intersetoriais que favoreçam a produção, o processamento e a comercialização em pequena escala. O caso brasileiro demonstra que se avançou significativamente na concepção de PAE, no entanto outras estruturas estatais mantiveram-se nos velhos padrões.

Palavras-chaves: alimentação escolar, novo regime agroalimentar, desenvolvimento sustentável, produção local, Brasil, políticas de alimentação e nutrição

¹ Graduada em Agronomia (Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Brasil); Mestra em Extensão Rural (UFSM, Brasil); Doutora em Extensão Rural (UFSM, Brasil). Líder do grupo de pesquisa no CNPQ, Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Júlio Castilhos - NEA Arapuá; Professora do Instituto Federal Farroupilha campus Júlio de Castilhos. *ORCID*: <http://orcid.org/0000-0001-8467-7593>. *Endereço*: Rua Luiz Castagna, 124 – Bairro João Goulart – Santa Maria / RS / Brasil – CEP 97090-420. *Telefone*: +55 55 99681-1729; *e-mail*: tatiana.balem@iffarroupilha.edu.br

² Graduado em Ciências Econômicas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Brasil); Mestre em Economia Rural (UFRGS, Brasil); Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRJ, Brasil). Professor Associado do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. *ORCID*: <http://orcid.org/0000-0002-0749-9911>. *Endereço*: Av. Roraima nº 1000 Cidade Universitária Bairro - Camobi, Santa Maria - RS, 97105-900. *Telefone*: +55 55 99998-8478; *e-mail*: marcoavf@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Brasil); Mestre em Sociologia (Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Brasil); Doutor em Sociologia (UFRGS/Université Paris X, Brasil-Francia); Pós-doutor na City University of London (Reino Unido); Pós-doutor na Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales, Reino Unido. Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenador do grupo de pesquisa GEPAD, credenciado pelo CNPq. *ORCID*: <http://orcid.org/0000-0002-4353-6732>. *Endereço*: Av. João Pessoa, 31 – Centro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul/ Brasil, CEP90.040-00. *Telefone*: +55 (51) 3564-2464 - *Mob*: + 55 51 99628-2580; *e-mail*: schneide@ufrgs.br

RESUMEN

El sistema agroalimentario industrial exhibe una serie de problemas, considerados en la actualidad cuestiones clave para el debate de la Nueva Ecuación de Alimentos (NEA). En el centro del debate se hallan la seguridad alimentaria, los problemas de salud, la sostenibilidad del sistema alimentario y la erosión de los vínculos entre la producción y el consumo. El supuesto es que los Programas de Alimentación Escolar (PAE) pueden ser importantes herramientas o «puertas» para la relocalización de la alimentación, así como para la aparición de un nuevo sistema agroalimentario. Así, este trabajo tiene como objetivo analizar en qué grado las políticas de alimentación escolar están en consonancia o contribuyen al debate que está circunscrito en el conjunto de las ideas de la NEA. Con este fin fueron analizadas las contribuciones de la política del Programa Mundial de Alimentos, de la política brasileña establecida a partir del 2009, así como el referencial teórico de los autores Morgan y Sonnino, básicos en la discusión del potencial de los programas de alimentación escolar (PAE) en la reconstrucción del sistema agroalimentario. La base de la discusión de los PAE «de producción local» (*home-grown school feeding*) como puerta de entrada para una NEA está alineada con cuatro principios básicos, a saber: i) la compra de alimentos procedentes de la agricultura local y de pequeña escala; ii) la recuperación de la cultura alimentaria; iii) el suministro de alimentos de calidad y sanos para los estudiantes; y, iv) la alimentación escolar como un estímulo para el desarrollo de sistemas de producción y de consumo alternativos. Es posible indicar que la alimentación escolar tiene el potencial para construir una nueva cultura del desarrollo sostenible y un sistema alimentario, soportado en la reconexión entre la producción y el consumo. Sin embargo, es necesario que el Estado genere mecanismos y otras políticas intersectoriales que promuevan la producción, transformación y comercialización a pequeña escala. El caso de Brasil revela que se ha avanzado significativamente en el diseño de su programa de alimentación escolar. Sin embargo, otras estructuras estatales se mantuvieron en las antiguas normas.

Palabras clave: alimentación escolar, nuevo sistema agroalimentario, desarrollo sostenible, producción local, Brasil, políticas alimentarias y nutricionales

ABSTRACT

The industrial agri-food regime demonstrates several problems, considered key issues for the New Food Equation (NFE) debate. At the heart of debate are food security, health problems, the sustainability of the agrifood system and the erosion of links between production and consumption. It is assumed that the Food School Programs (FSP) can be important instruments or «gateways» of food relocation and the emergence of a new agrifood regime. Thus, this article seeks to analyze the extent to which school feeding policies are aligned or contribute to the limited debate in the NFE's set of ideas. The contributions of the World Food Program policy, the Brazilian policy established as of 2009, were analyzed, as well as the referential of the authors Morgan and Sonnino, considered basilar in the discussion of the potential of the FSP in the reconstruction of the agrifood system. The basis of discussion of FSP's as a gateway to an NFE is aligned with four basic principles, as follows: i) purchasing food from local and small-scale agriculture; ii) valuing food culture; iii) providing quality and healthy food to school children; iv) school feeding as a stimulus for as development of alternative production and consumption systems. It is possible to indicate that school feeding has the potential to build a new collective culture of sustainable development and an agrifood system supported by the reconnection between production and consumption. However, the State needs to create mechanisms and other intersectoral policies that favor small-scale production, processing, and marketing. Brazilian case demonstrates that significant progress has been made in the design of FSP, but other State structures have remained in the old patterns.

Key words: School food, New agri-food regime, sustainable development, local production, Brazil, food and nutrition policies

RÉSUMÉ

Le régime industriel agroalimentaire présente une série de problèmes, considérés comme des enjeux clés pour le débat de la Nouvelle Équation Alimentaire (NEA). La sécurité alimentaire, les problèmes de santé, la durabilité du système agroalimentaire et l'érosion des liens entre production et consommation sont au centre du débat. L'hypothèse est que les Programmes d'Alimentation Scolaire (PAE) peuvent être des outils importants ou « portes » de réinstallation d'alimentation et d'émergence d'un nouveau régime agro-alimentaire. Ainsi, ce travail cherche à analyser dans quelle mesure les politiques d'alimentation scolaire s'alignent ou contribuent au débat circonscrit dans l'ensemble des idées

de l'NEA. Les contributions de la politique du Programme alimentaire mondial ont été analysées, ainsi que la politique brésilienne établie à partir de 2009, en plus des références des auteurs Morgan et Sonnino, fondamentales dans la discussion du potentiel des PAE dans la reconstruction du système agroalimentaire. La base de la discussion sur les PAE « de production locale » : (alimentation scolaire locale) en tant que passerelle vers une NEA est alignée sur quatre principes de base : i) l'achat de nourriture provenant de l'agriculture locale et à petite échelle ; ii) la valorisation de la culture alimentaire ; iii) la fourniture d'aliments sains et de qualité aux écoliers ; iv) les repas scolaires comme incitation au développement de systèmes alternatifs de production et de consommation. On peut souligner que l'alimentation scolaire a le potentiel de construire une nouvelle culture collective du développement durable et un système agroalimentaire soutenu par la reconnexion entre production et consommation. Cependant, il est nécessaire que l'État crée des mécanismes et autres politiques intersectorielles qui favorisent la production, la transformation et la commercialisation à petite échelle. Le cas brésilien montre que des progrès significatifs ont été réalisés dans la conception du PAE, mais d'autres structures étatiques sont restées fidèles aux anciens modèles.

Mots-clés : alimentation scolaire, nouveau régime agro-alimentaire, développement durable, production locale, Brésil, politiques alimentaires et nutritionnelles

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a questão alimentar ganha espaço de discussão e de posicionamento frente à sociedade. Os problemas alimentares causados pelo regime baseado na industrialização e na globalização da alimentação sejam eles associados à desnutrição, à obesidade ou aos riscos que os alimentos possuem, estão criando uma nova consciência nos consumidores. Por outro lado, em 2008, a crise mundial dos preços dos alimentos expôs a vulnerabilidade do sistema alimentar global (Qureshi, Dixon e Wood, 2015). A alimentação, dessa forma, assume um caráter importante na agenda de discussões e na formulação de políticas públicas, inclusive gerando um novo campo do conhecimento, a «Sociologia da Alimentação».

A sociologia da alimentação emerge do crescente aumento dos problemas nutricionais que afligem a população mundial e das questões sociais atreladas a esse fenômeno, despertando o interesse pela pesquisa em diversas áreas do conhecimento relacionadas com a alimentação (Mennell, Murcott e Otterloo, 1992). Segundo Díaz e Benito (2004) os alimentos e as práticas alimentares não são somente comportamentos e hábitos, são também práticas sociais com clara dimensão imaginária, simbólica e social. Por outro lado, o sistema agroalimentar moderno ocasionou uma desvinculação da produção e do consumo, sendo necessário debater sobre a busca de uma reconexão entre estes dois

setores. Esse debate estaria circunscrito sob o tema a «Nova Equação Alimentar» (NEA), alinhado com a emergência de um regime agroalimentar alternativo. Nesse sentido, discute-se a possibilidade da questão alimentar se transformar no contraponto ao processo de globalização e industrialização, e na direção do desenvolvimento sustentável (Morgan e Sonnino, 2008).

De acordo com Wiskerke (2009) a tendência dominante nas últimas décadas nos sistemas de fornecimento e consumo de alimentos é o local de produção cada vez mais desligado do local de consumo o que provoca três processos: i) *disconnecting* (desconexão) há um afrouxamento dos laços e aumento da distância entre produtores, fornecedores de bens e serviços e consumidores; ii) *desembedding* (desenraizamento), o local de abastecimento perdeu influência sobre a qualidade e a natureza de bens e serviços, os consumidores perdem o senso de pertencimento e identidade; e iii) *disentwining* (desentrelaçamento), aumenta a especialização nas cadeias produtivas e as atividades são realizadas em setores separados. Wiskerke (2009) salienta que são necessárias estratégias para a construção de um movimento contrário ao modelo agroalimentar moderno, ou seja, um processo de relocalização baseado em *connecting*, *embedding* e *intertwining*. Nesse sentido, o autor aponta alguns rumos: alimentos com denominação de origem ou provenientes de processo de territorialização; estratégias alimentares urbanas, ou seja, a

criação de movimentos em prol de uma alimentação mais regional; e os mercados institucionais.

Os mercados institucionais representam a oportunidade do Estado tratar a alimentação como uma questão pública. Qureshi, Dixon e Wood (2015) salientam que a construção de políticas de alimentação cria um ambiente propício para fornecimento de segurança alimentar e nutricional, no entanto essas devem abordar três dimensões: demanda por alimentos; produção; e políticas de acesso aos alimentos. Além disso, as políticas públicas são mecanismos essenciais de mercado para que sejam possíveis sistemas alimentares justos e seguros (Qureshi *et al.*, 2015).

Os Programas de Alimentação Escolar (PAE), quando dialogam com políticas de compra de alimentos locais, respeito à cultura alimentar e incentivo à produção e comercialização no escopo da região, são exemplos de políticas públicas que buscam criar espaços institucionais de estímulo à produção e consumo circunscritos no conjunto de ideias da Nova Equação Alimentar. Por outro lado, podem representar a possibilidade de rearticulação social e produtiva fomentada pelo Estado. Além disso, o Estado, como ator principal dos mercados institucionais, assume papel relevante no processo de reeducação alimentar, quando valoriza e estimula a produção e o consumo de alimentos saudáveis – frutos de uma produção orgânica e de princípios éticos que valorizem a qualidade de vida dos produtores e consumidores de alimentos.

Parte-se do pressuposto que a emergência de diversos movimentos alternativos e de realocização da alimentação apontam para emergência de um novo regime agroalimentar. Nesse sentido, o Estado tem papel preponderante e os PAE podem ser importantes instrumentos ou «portas de entradas» para que esse movimento se materialize nos locais. Assim, esse trabalho busca analisar em que medida as políticas e práticas de alimentação escolar estão alinhadas ou contribuem com o debate circunscrito no conjunto de ideias da Nova Equação Alimentar. Portanto, neste ensaio, pretende-se responder as seguintes perguntas: i) Qual o papel dos PAE

e do Estado no processo de construção de um regime alimentar alternativo, aqui denominado de Nova Equação Alimentar?; e, ii) A discussão internacional e brasileira da alimentação escolar está alicerçada nos preceitos da Nova Equação Alimentar? Para isso, nesta primeira seção são apresentados os condicionantes da sociedade moderna que levaram ao debate e às estratégias em prol da Nova Equação Alimentar. A segunda seção apresenta a política do WFP (*World Food Programme*), como líder mundial de fomento a programas de alimentação escolar. É importante discutir se o WFP contribui para a discussão de um processo de ruptura com o padrão alimentar industrial ou se reforça o mesmo. A terceira seção apresenta a contribuição teórica de Kevin Morgan e Roberta Sonnino (varios anos), autores basilares na discussão de PAE e formuladores de grande parte da teoria da alimentação escolar como caminho para a construção de um novo regime agroalimentar. A quarta seção traz os avanços do PAE brasileiro, assim como discute alguns resultados da implementação das mudanças na política a partir de 2009. Para finalizar, apresentam-se algumas considerações acerca das principais ideias discutidas no trabalho.

2. A NOVA EQUAÇÃO ALIMENTAR

A Nova Equação Alimentar pode ser definida pelo regime agroalimentar onde a realocização da produção e consumo, a identidade cultural dos alimentos, a diversificação produtiva, a revalorização do processamento artesanal de alimentos, a produção e consumo de alimentos saudáveis e seguros, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade e a equidade social, imperam como ideias guias. Por outro lado, esse modelo agroalimentar tem como base o fortalecimento em primeiro lugar das agriculturas locais e de pequena escala, mais intimamente relacionadas com as noções de sustentabilidade e equidade social, e em segundo lugar, agriculturas de pequena escala de países e regiões vizinhas, quando a agricultura local não for capaz de atender de forma integral as demandas alimentares.

O surgimento da discussão que alicerça a expressão Nova Equação Alimentar origina-se na própria crise do sistema agroalimentar

capitalista. Para Morgan e Sonnino (2010b) essa crise pode ser identificada por cinco tendências: i) o aumento dos preços dos alimentos em 2007 e 2008; ii) o alto número de pessoas ainda em situação de insegurança alimentar; iii) a segurança alimentar sendo considerada oficialmente uma questão de segurança nacional, destacando o fato de que não é mais apenas um problema de países de baixa renda; iv) o efeito das alterações climáticas sobre os sistemas agroalimentares em todo o mundo, principalmente porque as previsões sugerem que os piores efeitos serão em países pobres; e, v) os crescentes conflitos por terra, ocasionado principalmente pelo crescimento de investimentos de países ricos em compra de terras férteis em países pobres, sugerindo um colonialismo dos alimentos. Ainda é possível agregar uma sexta variável de discussão da crise do sistema agroalimentar, qual seja, como a insustentabilidade dos sistemas produtivos modernos e intensivos que utilizam agroquímicos, e desta forma produzem alimentos contaminados com baixo valor biológico e que degradam os ecossistemas em um processo artificializador⁴ de paisagens e da alimentação.

Ainda é possível agregar outras questões, a principal delas é a obesidade, que desponta como um problema de saúde cada vez mais grave, enquanto a desnutrição ainda continua assolando as populações carentes, apesar da abundância de alimentos da atualidade (Wiskerke, 2009). Os problemas de obesidade assumem o status de epidemia internacional, necessitando que os Estados criem estratégias de prevenção e controle, como aponta a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013). No Brasil 61,7% da população adulta encontra-se em situação de sobrepeso, sendo que 22% dos homens e 26,8% das mulheres são obesos. A situação da obesidade infantil brasileira também suscita discussão visto que em torno 14,8% dos menores de 5 anos, 28,1% das

crianças entre 5 e 9 anos e 20% dos adolescentes estão com excesso de peso (IBGE, 2020).

Outra questão relacionada à obesidade, que merece debate público, é o custo da mesma para o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. De acordo com Oliveira (2013, p. 60) esse custo, em 2011, «foi estimado em quase 0,5 bilhão de reais e o custo da obesidade mórbida foi proporcionalmente 4,3 vezes maior do que o da obesidade». Segundo Tanumihardjo *et al.* (2007) vive-se um paradoxo onde a desnutrição, que era foco das políticas mundiais da saúde, passa a disputar espaço e atenção com a obesidade. Os autores afirmam que em futuro próximo as doenças associadas por obesidade irão superar aquelas associadas a desnutrição como principal causa de morte em comunidades de baixa renda.

Aliado à questão da saúde, aparecem as questões ambientais, culturais e sociais da alimentação. Com relação às questões ambientais os efeitos visíveis do processo de Revolução Verde, tornam imperativo que se pense em mudanças nos atuais sistemas de produção, os quais produzem abundância de alimentos e, ao mesmo tempo ocasionam uma intensa degradação e contaminação ambiental. Além disso, há uma crescente diminuição da renda agrícola, seja pelo crescente aumento do custo dos insumos e/ou pelo aumento da subordinação econômica dos agricultores (Wiskerke, 2009). Portanto, é necessário desconstruir as desconexões criadas pelo processo de modernização agrícola, com alimentos produzidos de forma descontextualizada e desterritorializada, e assim romper os processos de constituição histórica dos atuais sistemas agrícolas.

Nesse sentido, a alimentação pode possuir o papel e a possibilidade de ser uma força propulsora, um contraponto ao processo de globalização e industrialização. Para Wiskerke (2009), a globalização e a industrialização do abastecimento alimentar não desligaram completamente o alimento e do seu contexto sociocultural e territorial. E esses elementos são essenciais para que se construa uma proposta de paradigma alimentar alternativo, mesmo que os regimes agroalimentares de forte concentração capitalista ainda demonstrem

⁴ De acordo com Santos (1996) com a modernidade foi possível artificializar os meios naturais. Esse processo produziu naturais artificializadas ou já praticamente artificiais e para o autor, mais artificial o meio mais a intenção do ser humano de usar técnicas artificializantes.

vigor e capacidade de impor seu modo de operar, as inúmeras estratégias alternativas ao modelo dominante que estão surgindo começam a se estruturar contra movimentos ao regime agroalimentar dominante (Friedmann, 2005).

Os regimes agroalimentares caracterizam-se por marcar o papel da agricultura e da alimentação na acumulação de capital, envolvendo estruturas governadas por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial (produção e consumo em massa, lógica do capitalismo contemporâneo), bem como, por regras implícitas, as quais buscam estabelecer relações relativamente estáveis (Friedmann, 1993). Essa discussão fornece uma chave de leitura importante, pois possibilita a análise dos processos de estruturação da economia e das relações globais estabelecidas com os mercados de alimentos (McMichel, 2009).

Friedmann (1993) traz três regimes alimentares como marcos para discutir a alimentação moderna. O primeiro regime alimentar, impulsionado pelo progressivo desenvolvimento da produção capitalista européia, marcou a criação do mercado mundial de alimentos e nasceu entre 1870 e 1914. Nesse regime evidencia-se uma crescente massa de trabalhadores urbanos e consumidores de alimentos, os quais que deveriam ser ofertados pelo mercado, forçando a criação de medidas para estimular a produção e as importações desde as colônias ultramarinas. O segundo regime alimentar instituiu-se entre 1950 e 1970 e segundo Friedmann (1993), é o período que estabelece forte relação entre a agricultura nacional e a transnacionalização do capital. Esse regime marca o desenvolvimento do imperialismo norte-americano sobre os países pós-coloniais, com a industrialização seletiva, a internalização do modelo industrial, o processo de Revolução Verde e as agriculturas especializadas para cadeias de fornecimento globais. O terceiro regime alimentar pode ser considerado ainda emergente e vem a dar os primeiros sinais a partir de 1980, com o processo de globalização e completa internacionalização dos impérios alimentares (Friedmann, 1993; McMichel, 2009). Os impérios alimentares são «um conjunto

complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista nas relações produção-distribuição-consumo (uma rede coercitiva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica» (Van der Ploeg, 2008, p. 279).

O período atual pode ser considerado um momento controverso do terceiro regime alimentar ou pode estar marcando a emergência de um quarto regime, onde o padrão alternativo surge como um contraponto. Frente ao debate da emergência de um regime alimentar alternativo, os impérios alimentares buscam se adequar a pressão social realizada pelos movimentos sociais, movimentos ambientalistas e pelo crescente número de consumidores conscientes. De um lado há os impérios alimentares discutidos por Van der Ploeg (2008), com uma oferta de alimentos desterritorializados, artificializados e processados; e do outro, consumidores identificados com uma crescente preocupação com a saúde, com as consequências da alimentação industrial, com a alimentação saudável, com a defesa do comércio justo, visando a sustentabilidade ambiental e o bem-estar animal (Friedmann, 2005; Johnson, 2019). No entanto, mesmo diante da pressão pela narrativa convencional de «esverdear-se», a narrativa alternativa dos alimentos vem ganhando espaço. Esta tendência ampara-se em valores associados à integridade ecológica, à justiça social, à identidade cultural e a uma ideia de desenvolvimento econômico mais enraizado, ou seja, em consonância com as características de cada local (Wiskerke, 2009).

As prerrogativas do regime agroalimentar alternativo questionam o modelo alimentar industrial e lhe opõem propondo novas formas de organização de produção, as «*Alternative Agro-Food Networks*» (AAFNs) onde a imersão, confiança e local são conceitos chaves utilizados para compreender a virada da qualidade (*Quality Turn*) em práticas alimentares (Goodman, 2003). As discussões em torno das AAFNs complementam um renovado interesse no local, baseado em práticas alimentares alternativas socialmente incorporadas, em espaços descentralizados, ecologicamente enraizados e em consonância com as prerrogativas do desenvolvimento territorial e sustentável

(McMichel, 2009; Goodman, DuPuis e Goodman, 2012; Darolt, Lamine, Brandenburg, Alencar e Abreu, 2016). As convenções de qualidade dos alimentos, nas AAFNs, alicerçam-se nos elementos sociais, culturais, territoriais e de saúde, compondo um sistema de qualidade, onde o conceito de segurança alimentar, que havia sido abandonado nas três décadas finais do século XX em função do imperativo da quantidade ofertada, é resgatado.

Frente ao debate e ao surgimento da Nova Equação Alimentar cabe identificar quais caminhos se mostram mais prolíferos para que estratégias ampliadoras aconteçam. Há o imperativo de que o Regime Agroalimentar Alternativo cresça, criando consciências e novos padrões de produção e consumo, que venham a substituir os padrões impostos pela industrialização da alimentação. Os Programas de Alimentação Escolar demonstram ser um desses caminhos, pois através deles é possível construir políticas intersetoriais capazes de impactar desde a produção até o consumo. O caso Brasileiro tem demonstrado isso, pois a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), principalmente a partir de 2009, traz como marcos filosóficos e legais, o diálogo íntimo com as AAFNs. O PNAE tem por concepção priorizar a aquisição de produtos da agricultura familiar (AF), de preferência produtos locais e orgânicos, realizar educação alimentar transversal ao currículo em todas as etapas de aprendizagem e transformar a escola em um ambiente de discussão da alimentação saudável, substituindo de vez a ideia de «corretismo»⁵ alimentar presente na concepção desse programa desde a década de 1960. Nas próximas seções será discutido em que medida os PAE podem ser considerados como porta de entrada para a realocação e enraizamento dos sistemas agroalimentares.

⁵ De acordo com Arretche (2000), o PAE brasileiro –até a sua descentralização em 1994– tinha como principal objetivo o corretismo alimentar, ou seja, alimentos formulados, desidratados, industrializados e ultraprocessados com o objetivo de suprir as necessidades nutricionais dos escolares. Eram alimentos alheios a cultura alimentar e, em muitos casos, com altos teores de açúcar e gordura.

Importante perceber que o PNAE brasileiro e o WFP mudam a concepção da alimentação escolar no mesmo período, ou seja, em 2009.

3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNDO: A VISÃO DO WORLD FOOD PROGRAMME

A alimentação escolar de países em desenvolvimento tem sido altamente dependente de projetos executados por organizações de ajuda internacional, sendo a maior delas o *World Food Programme* (WFP), que providencia alimentação escolar gratuita e incentiva as crianças de famílias pobres irem à escola (WFP, 2013a). O WFP faz parte do sistema das Nações Unidas e é financiado voluntariamente por governos (principal fonte de financiamento do programa), empresas e indivíduos. Foi fundado em 1961 e tem por objetivo realizar ou apoiar ações que busquem reduzir a fome crônica e a desnutrição em todos os lugares, defendendo que cada homem, mulher e criança devem ter acesso em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável (WFP, 2021). Em 2015 o WFP prestou assistência alimentaria direta, em média, à mais de 78 milhões de pessoas em 82 países. Ainda em 2015, a organização definiu como prioridade, o objetivo número dois (Fome Zero), entre os dezessete objetivos globais estabelecidos para o Desenvolvimento Sustentável, a fim de melhorar a vida das pessoas antes de 2030 (WFP, 2021; WFP, 2017). Para o programa, as ações estão centradas em: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (WFP, 2017). Em 2019 foram dada assistência para quase 100 milhões de pessoas em 88 países auxiliados pelo WFP. No mesmo período, aproximadamente 690 milhões de pessoas não tiveram acesso a comida no mundo todo (WFP, 2021).

Segundo levantamento do WFP (2013b), a alimentação escolar está presente em quase todos os países do mundo, o que não significa que todos os programas têm sido eficientes. Tomando por base em uma amostra de 169 países, estima-se que 368 milhões de crianças ou adolescentes são alimentados diariamente

quando estão na escola, com um investimento anual na faixa de US\$ 47 a 75 bilhões. Esses números ilustram o reconhecimento quase universal da importância da alimentação escolar (WFP, 2013b). Para o *Global Panel* (2015) o fornecimento aos escolares de refeições nutricionalmente equilibradas e culturalmente aceitas pelas populações atinge múltiplos benefícios tais como: melhor desempenho escolar; educação alimentar; diminuição de doenças indiretamente causadas pela má nutrição; mais emprego e renda na vida adulta. O relatório do *Global Panel* (2015) salienta que vários estudos têm demonstrado que as possibilidades de sociabilidade e inserção no mundo do trabalho são diretamente afetadas pela má nutrição nos primeiros anos de vida, o que coloca a segurança alimentar como uma das principais estratégias para o desenvolvimento. Hoddinott (2016), baseado em estudos desenvolvidos na África, afirma que crianças bem nutridas no útero e nos primeiros dois anos de vida são pessoas mais produtivas na vida adulta, impactando diretamente no Produto Interno Bruto (PIB) dos países. No entanto, cabe salientar que, para Hoddinott (2016), uma boa nutrição significa a ingestão adequada, equilibrada e de qualidade de alimentos, evitando assim a desnutrição e a obesidade. Contudo, se de um lado o que enfrenta são os números da desnutrição, do outro confronta-se fome oculta; ou seja, pessoas com excesso de peso e mal-nutridas, principalmente com deficiência de micronutrientes (Hodge, 2016).

Em 2009, o WFP com a colaboração da *Partnership for Child Development* (PCD) publicou uma análise chamada «Repensando a Alimentação Escolar». Esta análise teve por objetivo compreender a crescente demanda dos países por programas de alimentação escolares mais estruturados, além de traçar estratégias e orientações para a construção de programas «*home-grown school feeding*» (HGSEF) (WFP, 2013b). O documento «*Home-grown school feeding: o framework to link school feeding with local agricultural production*» estabelece os marcos da política HGSEF, que busca aliar fornecimento de alimentos de qualidade ampla para os PAE com o incentivo das agriculturas locais. Vários países de alta, média e baixa renda estão criando

políticas e ações para buscar essa sinergia, sendo destacados os programas do Brasil, Equador, Honduras, Namíbia e Peru, e os programas africanos de Gana, Quênia e Moçambique (WFP, 2009; WFP, 2013b).

Os resultados do relatório «Repensando a alimentação escolar» levaram o WFP a desenvolver uma nova abordagem da política de ajuda internacional e fomento à alimentação escolar, além de uma maneira diferente de trabalhar com governos e parceiros. A principal mudança do foco foi traçar diretrizes para sair da ação do fornecimento de alimentos diretamente para famílias vulneráveis para a ação de organização de uma assistência alimentar através de programas, onde os países possam desenvolver políticas estruturais e envolver a compra da produção local para o mercado institucional (WFP, 2013b). Essa é a ideia base dos programas HGSEF, ou seja, desenvolver as agriculturas locais para que seja possível a compra «em casa» dos alimentos para servir nas escolas (WFP, 2009). Essa concepção de política vem a ser reforçada a partir de 2015, com as estratégias traçadas pelo WFP para atingir o objetivo fome zero do WFP, sendo que a estratégia prioritária é acabar com a fome através da promoção agricultura dos países.

Percebe-se que o WFP, a partir de 2009, começa se preocupar com a formulação de uma política de alimentação que não seja meramente assistencialista e distributiva, como até então vinha sendo a abordagem. Muda-se o foco da assistência social, onde a suplementação nutricional era o objetivo, para o foco do desenvolvimento, onde a segurança alimentar e nutricional anda junto com as possibilidades de geração de renda para famílias agricultoras. Nesse sentido, a influência das discussões circunscritas na Nova Equação Alimentar parece influenciar essa mudança de política, pois o WFP reconhece no documento «*Home-grown school feeding*» (alimentação escolar produzida em «casa») o papel de desenvolvimento de uma política interna, onde se beneficiam escolares, a agricultura e as próprias comunidades.

O alinhamento entre mercado institucional e a agricultura familiar tem como compromisso melhorar a qualidade dos alimentos, e consoante a isso, ser capaz de fornecer aos

escolares alimentos frescos e de acordo com os hábitos alimentares locais (WFP, 2013b). Esse tipo de política é que o WFP (2009) tem denominado de políticas *win-win*; ou seja, os escolares ganham uma alimentação de qualidade e a economia local desenvolve-se, pois gera novas oportunidades. Segundo o documento do Global Panel (2015), há evidências em todo o mundo que programas de alimentação escolar baseados em compras locais revelam um múltiplo *win-win* (ganha-ganha); ou seja, oportunidade para os formuladores de políticas, e conseqüentemente importantes benefícios para o desempenho escolar, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento de oportunidades de trabalho diferenciadas para as famílias agricultoras, gerando assim o crescimento da economia nacional.

Parte-se do pressuposto que os PAE vão além do alimento fornecido às crianças e configuram-se como porta de entrada para a discussão de sistemas agroalimentares diferenciados, com foco no desenvolvimento endógeno e mais enraizados do ponto de vista social, econômico e cultural. Essas questões dialogam diretamente com o que aponta Morgan (2004) quando discute o potencial da alimentação escolar para atingir múltiplos dividendos de desenvolvimento: uma população com menos problemas de saúde em função de uma dieta baseada em alimentos saudáveis e diversificados; menores custos ambientais, pois o consumo de alimentos locais diminui as *food miles* (milhas alimentares). Além disso, a preocupação com a comida saudável influencia no desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis e desenvolvimento econômico rural, pois inclui pequenos agricultores e incentiva o desenvolvimento de atividades voltadas para esse mercado.

De acordo com Espejo, Burbano e Galliano (2009), o sucesso dos programas «*Home-grown school feeding*» dependerá de fatores como: o alimento fornecido às crianças baseado nos padrões locais de consumo; grau de apoio político para o programa; capacidade institucional para implementar o programa; produtividade e capacidade dos agricultores de pequena escala em responder às necessidades do programa; disponibilidade de fundos;

capacidade de manter o programa ao longo do tempo, mesmo em situações onde a produtividade dos pequenos agricultores for baixa. Percebe-se que apesar dos elementos da discussão da Nova Equação Alimentar estar em presentes nos documentos do WFP, há questões essenciais que precisam de políticas locais. Embora a globalização e a industrialização do abastecimento alimentar não tenham desligado o alimento completamente do seu contexto sociocultural e territorial, como afirma Wiskerke (2009), grandes transformações dos sistemas agroalimentares já operam no mundo todo. Assim o compromisso do Estado, é uma questão fundamental para transformar os PAE em porta de entrada para discussão e estabelecimento de um regime agroalimentar alternativo e para que as recomendações do WFP não acabem apenas em letra morta, ou em programas viáveis apenas quando houver ajuda externa.

Os PAE precisam estar interligados com outras políticas de Estado, como de fortalecimento da agricultura de pequena escala (*e.g.*, a traves de crédito, capacitação de agricultores, acompanhamento), políticas de distribuição e compra de produtos, assim como de um planejamento essencialmente local. De acordo com WFP (2013b), os países que estão implantando PAE no marco do HGSF, experimentam vários desafios tais como: a falta de trabalho em conjunto entre a educação, agricultura e outros setores de apoio aos pequenos agricultores; marco legal inadequado à aquisição local, dificultando as compras de pequena escala; aparato estatal em termos de outras políticas complementares que não atendem à nova institucionalidade que os PAE têm necessidade. Além disso, em termos de agricultura local, o que se enfrenta são lugares com dificuldades de produção, tempo e necessidade de organização dos agricultores para acessar o mercado institucional, necessidade de infraestrutura de transporte, armazenamento e processamento, necessidade de produção de alimentos na variedade e quantidade demandadas (Espejo *et al.*, 2009; WFP, 2013b). Isso denota a importância de políticas interligadas e mais comprometidas com um processo de desenvolvimento do que com a superação de questões pontuais.

O que se percebe pelos documentos do WFP e pelos relatos e discussões das várias experiências espalhadas pelo globo (Morgan e Sonnino, 2008; WFP, 2013b; Feenstra e Ohmar, 2012; Global Panel, 2015), é que a alimentação escolar está ocupando um importante espaço na agenda de discussões internacionais. Os PAE pelos seus múltiplos benefícios são encarados como possibilidades concretas de mudança dos padrões alimentares. A ideia é que a escola, além de fornecer um alimento mais saudável, participe ativamente de um processo de educação alimentar, para que as crianças de hoje sejam os adultos conscientes de amanhã. O amadurecimento dos PAE podem ser o caminho para a solução de problemas sociais, de saúde e de gastos públicos, como a fome e desnutrição, assim como a obesidade. Há estudos que têm demonstrado que seria mais econômico para os governos investirem em programas de alimentação saudáveis, do que corrigir os problemas de saúde causados pela alimentação inadequada (Poppendieck, 2010). Para o autor, os gastos com um PAE universal nos Estados Unidos, estimados em aproximadamente 5 bilhões de dólares anuais, seriam menores que os gastos públicos atuais e futuros com doenças causadas pela alimentação não saudável, principalmente derivadas da obesidade, estimados na faixa dos US\$ 98 a 129 bilhões anuais.

Outra questão fundamental é que os PAE têm o potencial de atuar como fomentadores da realocação dos sistemas agroalimentares, como diversos estudos têm demonstrado (Friedmann, 2005; Morgan e Sonnino, 2010b; Froehlich, 2010; Belik e Chaim, 2012; Balem, Silva, Silveira e Viero Bem, 2013; Balem, 2015). As famílias agricultoras quando se defrontam com o mercado institucional, exigente em diversidade e qualidade diferenciada, acabam reestruturando seus sistemas de produção e adquirindo novas habilidades de se relacionar com esse mercado, não raro acessam outras políticas públicas, o que os fortalece para as mudanças necessárias. Essas novas habilidades, que progressivamente vão sendo adquiridas pelas famílias agricultoras, as qualificam para o acesso e construção de outros mercados de circuitos curtos. Esse é um dos movimentos necessários para a construção de uma Nova

Equação Alimentar, ou seja, a realocação do sistema agroalimentar e reconstrução dos ativos imateriais da alimentação, onde identidade, sabor, cultura e agricultura local passam a figurar como elementos decisivos para os consumidores.

4. A NOVA EQUAÇÃO ALIMENTAR E OS PAE: CONTRIBUIÇÃO DE AUTORES REFERENTES

A preocupação e discussão da alimentação saudável são balizadas por três fatores: a saúde ou a falta de saúde em função da alimentação insuficiente ou inadequada, o meio ambiente, e o desenvolvimento. A desnutrição historicamente ocupou espaço no mundo com um problema social, mas o novo milênio veio a se deparar com a obesidade como um problema tão ou mais grave. Segundo FAO-IFAD-UNICEF-WFP-WHO (2021), estima-se que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2020, considerando o meio da projeção, 768 milhões, pode-se inferir que 9,8% da população mundial vivem em situação de insegurança alimentar. Ainda sobre a desnutrição e má nutrição, no ano de 2019, uma em cada três crianças menores de cinco anos não estava recebendo a nutrição necessária (UNICEF, 2019). O relatório da UNICEF apresenta aponta que uma tripla carga de má nutrição: 149 milhões de crianças com que sofrem de déficit de crescimento, sendo 50 milhões com baixo peso; 340 milhões de crianças que sofrem com a fome oculta, deficiências de vitaminas e minerais; uma em cada cinco crianças, de cinco a 19 anos, com sobrepeso ou obesidade (UNICEF, 2019). A Organização Mundial da Saúde alerta que 65% da população mundial vivem em países onde o sobrepeso e a obesidade matam mais pessoas do que o baixo peso (WHO, 2013). Outras questões que merecem destaque com relação à saúde são as *Foods Scares*, ou seja, os desastres causados por problemas alimentares, como o caso da vaca louca na Europa, o consumo crescente de produtos extremamente processados e o problema do excesso do uso de agrotóxicos no cultivo de alimentos (Guivant, 2002; Knowles, Moody e McEachern, 2007; Whitworth, Druckman e Woodward, 2017).

Os custos ambientais da cadeia alimentar convencional precisam ser compreendidos para que o meio ambiente realmente se torne um argumento em favor da Nova Equação Alimentar. Segundo Morgan e Morley (2002) esses custos são intrínsecos à produção, associados principalmente com a intensificação da produção agrícola (declínio da fertilidade do solo, poluição da água, problemas de bem-estar animal, perda de habitats valiosos e características da paisagem). Além disso, o transporte de alimentos por longas distâncias e a troca desnecessária do mesmo produto entre nações consomem combustíveis fósseis e são responsáveis por emissões de CO₂. Associado a isso, é necessário considerar o transporte de animais por longas distâncias como uma via de proliferação de doenças (*ibidem*).

As duas questões discutidas acima —saúde e problemas ambientais— levam à terceira questão: o desenvolvimento. É necessário uma realocização e reconexão da cadeia alimentar, para que seja possível caminhar rumo à sustentabilidade, pois isso diminuiria as milhas alimentares e proporcionaria um alimento mais fresco, menos processado e mais saudável. Por outro lado, desenvolveria a agricultura local (Morgan e Morley, 2002, Wisserke, 2009). Embora a realocização dos sistemas agroalimentares seja apontada como mais sustentável e capaz de desenvolver economias locais mais integradas, sustentabilidade e realocização não são tratadas como sinônimos (Morgan e Morley, 2002; Morgan e Sonnino, 2008). Para os autores supracitados, realocar a cadeia alimentar não significa buscar autossuficiência de alimentos, pois o conceito de comida local não é sinônimo de restrição do acesso de produtos externos, os quais não podem ser cultivados, mas sobre a compra de alimentos locais e orgânicos sempre que for possível.

A discussão sobre os sistemas alimentares locais versus desenvolvimento sustentável ancora-se em quatro motivos principais: o local não é sempre desejável, pois pode fornecer as bases para políticas reacionárias que iriam contra os ideais de democracia e equidade implícitos na noção de desenvolvimento sustentável; o local deve ser visto como uma

estratégia, e não como um objetivo; a sustentabilidade ecológica, a democracia e equidade poderiam ser mais facilmente alcançadas através de outras opções de escalas; sistemas alimentares locais podem ser facilmente apropriáveis pelo capital (Morgan e Sonnino, 2008; 2010a). Nesse sentido, em vez do localismo defensivo —que é estreito, autorreferencial e exclusivo— as estratégias sustentáveis dos alimentos devem visar um localismo cosmopolita, pois esse é amplo, multicultural e inclusivo (Morgan e Sonnino, 2010a).

O localismo cosmopolita refere-se ao fato de que é mais desejável comprar da agricultura familiar ou de pequena escala, alimentos orgânicos e com produção que alcance benefícios sociais, além dos produtivos. Nesse sentido, é necessário considerar que muitos países ou regiões possuem janelas de produção pequenas em função do clima, das características agroecossistêmicas ou do fato da agricultura local ainda não estar totalmente organizada para a produção diversificada, sendo necessário complementar com compras externas. Assim, para Morgan e Sonnino (2010a), nessas situações é mais interessante comprar de agricultores familiares de outros países ou regiões, do que comprar da agricultura empresarial ou grande agroindústria local. Os programas alimentares escolares, quando necessário, podem ser estruturados a partir de um sistema híbrido, onde alimentos locais e globais compõem uma alimentação saudável. Dessa forma, os PAE de determinados países poderão comprar os alimentos não produzidos no local de agricultores pobres de outras nações, num sistema de milhas justas em substituição às *food miles* (Morgan, 2010).

Embora essa discussão da necessidade dos programas de alimentação escolar em muitos países serem híbridos, os conceitos de realocização e reconexão ainda imperam como balizadores. Os contratos públicos são apontados como uma importante ferramenta para a realocização da alimentação e reconexão entre a produção e o consumo, sendo que nessa esfera a alimentação escolar ocupa espaço privilegiado (Morgan, 2006; Froehlich, 2010; Triches, 2010; Balem, 2015).

As experiências que estão se desenvolvendo em torno da alimentação escolar em vários

locais são mencionadas e discutidas por Morgan e Sonnino (2008) como a «Revolução da Alimentação Escolar». Também são apontadas por Belik e Chaim (2009), WFP (2013b), Balem (2015), entre outros autores, como capazes de gerar benefícios sociais, culturais, de saúde e econômicos, garantindo avanços em termos de segurança alimentar, educação, saúde e desenvolvimento regional. Balem (2015) aponta o PAE brasileiro como uma porta de entrada para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares alternativos, pois a partir do ingresso das famílias agricultoras locais no mercado institucional, essas migraram de sistemas agrícolas de commodities para sistemas de produção diversificados para comercialização, não raro agroecológicos e com processamento artesanal. A alimentação escolar no Brasil sofreu uma mudança significativa e passou a ser mais conectada com a cultura local e baseada em refeições, em detrimento da ideia do lanche ou «merenda». Isso deu a partir do ingresso da agricultura familiar como fornecedora de alimentos. Além disso, as famílias agricultoras foram gradativamente construindo novos mercados a partir das habilidades e conhecimentos gerados pela comercialização para o PAE (Balem, 2015).

A alimentação escolar tem um papel importante a desempenhar na criação de novas oportunidades para agricultores familiares, os quais têm sido marginalizados pela globalização do sistema alimentar. O processo de construção dos mercados e a possibilidade de acessar outros mercados (*scaling up*), a partir do acesso e fortalecimento do mercado institucional do PNAE pelas famílias agricultoras, têm sido observado por vários autores (Friedmann, 2005; Froehlich, 2010; Balem, 2015; Triches, 2015). Ou seja, a possibilidade dos agricultores adquirirem ideias, experiências, recursos e relações de confiança, capazes de qualificá-los para o acesso de outros mercados locais e regionais. Friedmann (2005), ao analisar um processo de compra institucional de alimentos dos agricultores no Canadá, observou que o processo gerou uma série de novos e diferenciados processos (normas, certificação, indicativos de sustentabilidade), o que oferece um caminho promissor para aumentar a escala de produtos agrícolas, que antes eram

produzidos visando o mercado institucional e que estão se movendo para o acesso às cadeias curtas locais.

De acordo com Morgan (2006) alimentação escolar pode ser dividida em três eras: a era do bem-estar; era neoliberal; e (a emergência da) era ecológica. A era ecológica sinaliza o ressurgimento dos valores do domínio público, onde a saúde pública e justiça social substituem os valores instrumentais do domínio do mercado, dessa forma a ação do Estado como fomentador e como consumidor é essencial. Morgan e Morley (2002) e Morgan e Sonnino (2008) demonstram, através de estudos de experiências de vários países, que formas mais criativa de contratos públicos podem reconectar a cadeia alimentar e desenvolver uma nova cultura alimentar que valoriza outros atributos nos alimentos, que não os da comida industrial. Assim, sazonalidade, alimentos frescos, produção orgânica e comida local assume importância na definição dos cardápios escolares, o que gera um movimento social em torno da Nova Equação Alimentar (NEA).

O papel conferido ao Estado na NEA está relacionado à sua capacidade de regular a economia, de prestar serviços públicos, adquirir mercadorias e serviços, mas principalmente na formulação de políticas públicas diferenciadas. Com relação a formulação de políticas diferenciadas, o estado brasileiro se destaca, pois a reformulação do PNAE em 2009 veio acompanhada de uma série de políticas e marcos legais intersetoriais, necessários para o alcance dos objetivos de política de alimentação escolar. A saúde e o bem-estar da população são de interesse público e o Estado, o qual precisa intervir e promover o desenvolvimento das habilidades necessárias para isso. A vontade política do Estado em programas de alimentação poderia criar uma «ética do cuidado» de alcance global, onde o planejamento alimentar de comunidades poder vir desempenhar um papel fundamental na promoção da saúde humana, da justiça social e integração ambiental, ou seja, características de desenvolvimento sustentável (Morgan, 2008; Turpin, 2008; Morgan e Sonnino, 2010b).

No entanto, novos conjuntos de habilidades são necessários para que o potencial dos contratos públicos para alimentação escolar

esteja direcionado para a construção de uma NEA. Essas habilidades vão desde o próprio aparato do Estado, à comunidade escolar, sociedade civil e agricultores. A escola deve ser envolvida em toda a sua abrangência, alunos, pais, professores e manipuladores de alimentos, pois é preciso desenvolver uma nova cultura alimentar e saber como trabalhar com esse novo conhecimento. A mensagem da alimentação saudável permeia o refeitório, a sala de aula e a casa dos escolares. Os agricultores necessitam adquirir conhecimentos e habilidades capazes de atender a demanda de abastecimento das escolas locais. Essas habilidades permeiam toda a cadeia, pois além da qualidade do alimento, há a embalagem, o processamento, o transporte e a capacidade de atender a demanda com regularidade (Balem, 2015; Lopes, 2017; Soares, 2020). Essas questões discutidas acima, corroboram os achados de Espejo *et al.* (2009) que enfatizam como primordial a articulação entre os diversos setores do governo, não somente o relacionado com a educação, pois os programas de alimentação HGSF necessitam de políticas mais abrangentes.

A adequação dos instrumentos regulatórios do Estado para incluir a agricultura de pequena escala aos mercados institucionais também tem sido apontado por diversos autores como primordial (Triches, 2010; Froehlich 2010; Malina, 2012; Fernandes, 2013). Alguns pontos são impeditivos para a comercialização de pequena escala e direto dos agricultores, como é o caso da legislação que regulamenta os processos de licitação e a preferência de relacionamento com poucos e grandes fornecedores, o que foi apresentado por autores supracitados que estudaram o caso brasileiro. O marco legal para agroindustrialização, adequado a grandes escalas de processamento, também é um dos maiores impeditivos da inserção da agricultura familiar nos PAE.

O Estado é considerado como um grande ator capaz de dinamizar, pulverizar e implementar a discussão e estratégias dentro da Nova Equação Alimentar. Por isso, a alimentação escolar é vista como um papel estratégico, pela sua capilaridade e potencialidade de formar consciências desde

cedo. Além de envolver um público elevado, pois tem a capacidade de atingir todos os escolares diretamente e indiretamente, todos os familiares. A alimentação escolar é considerada como porta de entrada para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, por isso é importante o compromisso político dos Estados em fazer a reforma da alimentação, assim como é necessária uma mudança no marco legal e estrutural da agricultura, a fim de privilegiar a produção e a compra em pequena escala. Outra questão importante é o planejamento alimentar das comunidades. É necessário conhecer a demanda e a capacidade de oferta de cada local, assim como identificar se a produção e comercialização se alinham com o comércio justo. A reforma da alimentação, a criação de cadeias alimentares sustentáveis e os contratos públicos criativos, são um grande desafio. No entanto o maior desafio é sincronizar a reforma para que as ações tenham um reforço mútuo e efeito sinérgico como tem experienciado o Estado brasileiro desde 2009.

5. O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro, na sua historicidade, esteve circunscrito no âmbito das políticas sociais de alimentação compensatória, porém merece destaque por seu caráter histórico e por sua abrangência (Costa, 2004). De acordo com Costa (2004), os precedentes para o ingresso da alimentação na escola na agenda pública do Estado Brasileiro foram: i) ausência de renda mínima para suprir as necessidades alimentares básicas; ii) racionalidade econômica utilizada no mercado e sua ineficiência na geração de equidade de condições para todos; iii) agravamento da crise social, caracterizada por altos índices de desemprego e queda nos salários reais; iv) impossibilidade de romper com as causas da pobreza; v) aumento do número de pobres; vi) políticas estatais ineficientes; e, vii) militância política dos nutrólogos.

O PNAE tem sua origem no início da década de 1940. No entanto, é na década de 1950 que, pela primeira vez, se estrutura um PAE em âmbito nacional de responsabilidade

pública, influenciado pela conjuntura internacional e pelo contexto social e político interno (Costa, 2004). A conjuntura internacional era marcada pela expansão do capital, sendo os Estados Unidos da América –através de instituições de ajuda internacional– o protagonista de mecanismos de intervenção em países em desenvolvimento. Rodrigues (2013), ao discutir o surgimento das ações relacionadas à alimentação escolar, atreladas aos mecanismos desenvolvimentistas norte-americanos, salienta que essa tinha uma forte relação com os interesses do mercado e demonstrava o aumento da influência do governo americano sobre outros países para além da ajuda solidária. Até o final da década de 1960, a alimentação escolar era basicamente subsidiada pelo apoio internacional (envio de alimentos), sendo apenas 20% a contrapartida brasileira (Nogueira, 2005).

A partir de 1970, os gêneros alimentícios passaram a ser adquiridos no mercado nacional, no entanto, a indústria alimentícia interferiu nos rumos do programa, sendo a ênfase em alimentos formulados, que além de serem os mais caros, eram os de mais baixa aceitabilidade (Nogueira, 2005). O PAE brasileiro teve importante papel na transformação de hábitos e atitudes, provocando uma aculturação da alimentação brasileira, através do princípio do corretismo alimentar. Após passar por várias denominações, não isentas de conteúdo político e do entendimento do que se pensava sobre alimentação, o PAE brasileiro, em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE, 2013). Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada; ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional (FNDE, 2013).

O PNAE era um dos programas mais centralizados da área social no Brasil e tinha como agravantes: a prevalência de alimentos formulados e desidratados; os altos gastos com transporte para a entrega de alimentos em todo o território nacional; a falta de controle por

parte do órgão gerenciador; os alimentos oferecidos eram estranhos aos hábitos alimentares dos educandos; e o monopólio de um pequeno número de fornecedores de alimentos formulados que se concentravam no sul do país (Arretche, 2000).

Em 1994, através da Lei nº 8913 (Brasil, 1994) foi instituído a municipalização da alimentação escolar no Brasil, sendo esta de jurisdição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse foi o primeiro grande passo de mudança na concepção política do programa. De acordo com Nogueira (2005), a universalidade e a continuidade foram princípios que sempre nortearam o programa de alimentação escolar brasileiro, no entanto, não foram alcançados no modelo centralizado. Os principais entraves identificados no modelo centralizado eram: tendência de privilégio para regiões mais urbanizadas; irregularidade e desvios na aplicação; entraves burocráticos nos processos licitatórios; falta de planejamento dos órgãos executores, o que ocasionava em alimentos fora do prazo de validade e/ou estragados, em quantidades inadequadas e fora do período escolar (Nogueira, 2005).

Como exposto por Nogueira (2005) e Arretche (2000), a descentralização serviria para a consolidação do PAE brasileiro e para a resolução dos principais entraves. Dentre estes, além da dificuldade da alimentação escolar chegar a todos os escolares, estava a completa dissociabilidade dos alimentos ofertados com a cultura alimentar local. Aliás, a municipalização da alimentação escolar permitiu tirar o monopólio das grandes empresas e beneficiar empreendimentos locais (Belik e Chaim, 2009). Outros avanços do PAE brasileiro ocorreram em 2001, foram esses: a obrigatoriedade da aplicação de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal exclusivamente em produtos básicos; o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município; a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento e a exigência da presença de nutricionistas em todos os órgãos executores (Brasil, 2001). Essas medidas começam a dialogar com

fomentando ao desenvolvimento da economia local e a alimentação saudável e de qualidade.

O PNAE é considerado o segundo maior programa na área de alimentação escolar no mundo, sendo a sua universalidade e o caráter descentralizado, questões referenciais (WFP, 2013b). A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009) e seus desdobramentos posteriores instituem um novo marco político para a alimentação escolar, pois institui um mercado diferenciado para a agricultura familiar. Além disso, incorpora o componente cultural na alimentação escolar e estende o programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos. Entre os avanços do marco legal instituído a partir de 2009 está a diferenciação em relação aos recursos financeiros para atender as diversidades étnicas, as necessidades nutricionais por faixa etária e a condição de vulnerabilidade social (FNDE, 2013). A evolução da discussão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil é um dos condicionantes da mudança da legislação em 2009, sendo tema de fundo dessa. Os textos dos artigos, segundo (incisos II e VI), que apresenta as diretrizes da alimentação escolar, e quinto, que trata das ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, evidenciam o debate da SAN presente no PAE (Brasil, 2009).

Situando o debate da SAN no PAE brasileiro, é importante apontar que esse não ocorreu de forma isolada, mas em um contexto diferenciado de políticas públicas no Brasil. De acordo com Belik (2012), a utilização do conceito moderno de SAN surgiu em 1992 na Conferência Internacional sobre Nutrição. Nos documentos da conferência estão presentes o combate à fome, abordagens sobre a qualidade do alimento e as ligações entre nutrição e desenvolvimento agrícola. No Brasil, em 2001 –com o lançamento do Projeto Fome Zero– iniciou a configuração da Proposta de Política de Segurança Alimentar, com vários programas interligados (Belik, 2012). O programa Fome Zero apresentou para a realidade brasileira, na forma de uma política pública intersetorial, uma agenda de discussões na qual a alimentação é vista como componente importante de um desenvolvimento

diferenciado, mais inclusivo, mais sustentável e mais equitativo.

Enquanto política pública, o Programa Fome Zero representou uma importante inovação no Brasil, pois se originou de um projeto popular da sociedade civil (Projeto Fome Zero) e veio a se transformar em programa de governo em 2003. Outra questão relevante desse programa é a intersetorialidade de políticas públicas devido a sua abrangência e linhas de ação traçadas. Com o Programa Fome Zero, o Estado passou a assumir o seu papel garantir o direito humano à alimentação, e para isso, o programa estava articulado em quatro eixos: ampliação do acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, articulação, mobilização e controle social. (Menezes e Santarelli, 2013). Dentre os programas de inclusão produtiva, pensados no âmbito do Fome Zero, está a compra institucional para a alimentação escolar. Desde o Projeto Fome Zero até o Programa Fome Zero, a alimentação escolar era tratada como uma das «Ações Específicas», tanto no que tange ao acesso à alimentação de qualidade pelos escolares, quanto ao fornecimento dos alimentos pela agricultura familiar.

As discussões e ações de SAN no Brasil culminaram no restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003 e na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006, que podem ser considerados como resultado de duas décadas de mobilização e luta social com amplo envolvimento da sociedade civil (Leão e Maluf, 2012). A partir desse momento, retomou-se o debate sobre a segurança alimentar e nutricional e a alimentação como um direito humano. Desse modo, foram elaboradas e adotadas as bases legais e institucionais que respeitam, protegem, promovem e provêm o direito humano à alimentação adequada. No escopo da discussão da SAN e da atuação do CONSEA, uma série de programas foram criados, sendo que a atuação do conselho teve importante participação na elaboração da proposta de uma nova e avançada legislação para o PNAE (Leão e Maluf, 2012).

Os principais pontos que definem a base do atual PAE brasileiro, conforme a Lei 11.947/2009 (Brasil, 2009), são: i) a defesa do **emprego da alimentação saudável e adequada**, com uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais; ii) **a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem**, questão que dialoga diretamente com a formação de consumidores conscientes, futuros demandadores de alimentos provenientes de sistemas agroalimentares alternativos e não da alimentação industrial; e, iii) **apoio ao desenvolvimento sustentável**, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

A reestruturação do PAE brasileiro facilitou o acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional quando permitiu a comercialização dos gêneros alimentícios por grupos formais ou informais. A introdução do instrumento de Chamada Pública no lugar do processo licitatório para a compra dos alimentos pelo ente público é outro avanço significativo da lei nº 11.947. Segundo Espejo *et al.* (2009), normalmente os marcos legais dos países dificultam a compra de produtos dos agricultores familiares e em pequena escala pelo Estado, sendo um dos alvos a ser modificados para o desenvolvimento de PAE que tenham como base o desenvolvimento local.

Pensando nos PAE como instrumentos de construção de uma Nova Equação Alimentar, esses devem ser programas que combinem produção diversificada, sustentabilidade, inclusão social, mercado e a reconstrução da cultura alimentar, onde os produtos locais e regionais voltem a ser valorizados e realmente consigam fazer um contraponto aos produtos industrializados. Nesse sentido, a alimentação escolar tem sido considerada um poderoso instrumento para trazer a público o debate acerca do desenvolvimento local. Onde se aliam a construção de uma nova consciência alimentar (alimentação saudável), a valorização da produção e da cultura alimentar local,

reconectando agricultores e consumidores, e assim, construir outra lógica de mercado, mais próxima e mais personificada, em função das características de cada local. A inclusão dos agricultores familiares no mercado institucional do PNAE, aliada a universalidade e à descentralização do programa, colocam o Brasil como referência mundial em termos de PAE (WFP, 2013b). O PNAE é um dos únicos programas de alimentação escolar do mundo com caráter universal, ou seja, atende sem distinção a todos os educandos da rede de educação básica pública. No entanto, a discussão de alguns avanços e pontos de estrangulamento se faz necessário, como vários autores têm apontado.

Gonçalves (2013) observa que a SAN via alimentação escolar é alicerçada em políticas públicas e estratégias que privilegiam a relação entre produção e consumo local, no entanto reconhece que muitas vezes a produção local não é suficiente para atender às quantidades e a diversidade demandada. Paiva (2011) levanta uma discussão em torno do que é local e tradicional na alimentação e observa que no âmbito do PNAE há uma correlação de forças que visam à conformação de novos hábitos alimentares sob a égide da alimentação saudável e da preservação dos hábitos alimentares regionais. No entanto, a autora aponta que muitas vezes, o que está circunscrito no hábito alimentar regional, nem sempre é elaborado com ingredientes locais, pois alimentos podem ter sido desenvolvidos e adaptados em função da disponibilidade de ingredientes produzidos em outros lugares. Outra questão é que alimentos locais também podem ser tradicionais em outras regiões. Além disso, deve-se considerar na elaboração dos cardápios os hábitos alimentares dos próprios escolares, já construídos socialmente, inclusive pela própria alimentação escolar. Para Paiva (2011) é um desafio a definição dos cardápios, pois esses exigem uma concertação que envolve uma diversidade de ações e de atores. Ou seja, além de contemplar os produtos da AF devem estar de acordo com o que preconiza a legislação nos quesitos de alimentação saudável e consonância com a cultura alimentar local, sendo que esses três aspectos dialogam

diretamente com a aceitabilidade dos cardápios pelos educandos.

Turpim (2009) estudou a compra local de agricultores familiares para a alimentação escolar e para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em vários municípios do Brasil e concluiu que os mercados institucionais permitiram: i) a elevação da renda das famílias envolvidas; ii) ganhos na organização técnica e gerencial da produção familiar; iii) aumento da diversidade dos produtos; e, iv) aumento das iniciativas baseadas no desenvolvimento sustentável do ponto de vista social e ambiental, por meio do crescimento da produção agroecológica e orgânica. No caso estudado a não aplicação de todo o recurso disponível sugere que os agricultores familiares precisam desenvolver melhor as capacidades necessárias para poder acessar esses mercados, que ainda têm um potencial não explorado.

Outro estudo, realizado por Soares (2011), demonstra que foi possível melhorar a qualidade da alimentação escolar nas dimensões sensorial, nutricional e de sustentabilidade, através da aquisição de produtos da agricultura familiar. Nesse caso a AF é responsável pelo fornecimento de grande parte da variedade dos vegetais e frutas presentes nos cardápios escolares, sendo que a compra de alimentos locais diversificou os mesmos. Segundo a autora, esse mercado estimulou os agricultores a aumentar a produção em termos de quantidade e variedade de alimentos e isso se alcançou através da inclusão de produtos potenciais da região nos cardápios. Segundo Soares (2011, p. 214), «é inegável a relação existente entre o fornecimento de alimentos da AF para alimentação escolar, com a melhoria da qualidade da alimentação servida». Mas, a autora ressalta que ainda é necessário superar algumas questões-chaves para a consolidação do programa: as unidades escolares de produção de refeições precisam de critérios de substituição de produtos, para que, na falta de um produto da AF, outro similar possa ser introduzido; infraestrutura inadequada para o preparo dos alimentos nas cozinhas escolares; quadro de funcionários deficiente, pois com o aumento da diversidade das refeições há maior demanda de mão e obra no preparo; baixo valor destinado à aquisição de alimento; dificuldades

relacionadas à organização da produção e regularidade de entrega; carência de assistência técnica para os agricultores; falta conhecimento dos agricultores com relação ao PNAE; necessidade da atuação integrada dos diversos segmentos responsáveis pela execução do PNAE e pela produção de alimentos da região.

Triches (2010) argumenta que as estruturas de poder podem ser modificadas a partir da ação estratégica dos atores, sendo que no caso da alimentação escolar, o Estado brasileiro, é um dos atores. No caso estudado por Triches (2010) há uma diversificada e ampla interação entre os atores sociais e políticos envolvidos, sendo que o processo de construção de um novo mercado para a agricultura familiar (AF) a partir do PAE foi orientado à revisão e desconstrução do paradigma centrado no desenvolvimento industrial e urbano. Nesse caso a revisão dos instrumentos jurídicos de compra de alimentos para alimentação escolar foi fundamental para a inclusão dos agricultores familiares, o que dialoga diretamente com a defesa do WPF (2013b) nesse ponto.

O caso estudado por Triches (2010) começou a desenvolver o processo de mudança na alimentação escolar e inserção dos produtos da AF no ano de 1998, bem antes do marco legal nacional estabelecido em 2009, o que demonstra que a concertação social e a ação dos atores locais são fundamentais para estabelecer o mercado institucional. Algumas questões que extrapolam ao interesse local e que também dificultam o processo são a dificuldade da AF em legalizar as agroindústrias, e somado a isso, existem requisitos para sua formalização e seus requisitos de qualidade para que os produtos possam ser comercializados no PAE.

Froehlich (2010) também aponta a questão dos produtos agroindustriais como um dos limitantes, pois a exigência nos cardápios de produtos processados como geléias, mel, panificados, iogurte e leite, por exemplo, exigem uma estrutura agroindustrial familiar e de pequeno porte legalizada. Segundo a autora programas como o PNAE demonstram uma nova postura do Estado que se torna permeável e aberta às novas dinâmicas e reivindicações da sociedade civil, porém, ainda mantém sua estrutura jurídica e institucional positivista e

conservadora com dificuldades de legitimar sua nova forma de ser. Na experiência estudada por Froehlich (2010), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), foi primordial para instaurar o debate sobre a necessidade da mudança do padrão alimentar nas refeições servidas nas escolas.

Sobre o aparato legal no Brasil, a regra geral é a realização de procedimento licitatório para aquisição de todo e qualquer serviço ou produto pela Administração Pública (Brasil, 1993), com exceção das compras da AF. O instrumento Chamada Pública, instituído para atender as compras da AF é um procedimento específico de dispensa de procedimento licitatório, garantido pelo art. 14 da Lei nº 11.947 de 2009. Para Messias e Camargo (2016), a licitação tem como princípio a aquisição mais vantajosa à administração pública, expressa pela equação menor preço versus melhor produto, já a Chamada Pública temo objetivo de promover o fortalecimento da agricultura familiar e oportunizar sua contribuição para o desenvolvimento local e social. A «preocupação do legislador deveria não é estabelecer a proposta mais vantajosa à Administração Pública, mas para a comunidade local» (Messias e Camargo, 2016, p. 4).

A Chamada Pública baseia-se no preço de referência do produto na região e nos critérios de prioridade de grupos sociais previstos na legislação para seleção dos projetos de venda (CD/FNDE, 2013; Brasil, 2009). Com a Licitação o setor de compras das prefeituras executava um número menor de operações; com as chamadas públicas, são necessárias mais operações, mais detalhamento e um olhar para o local. Malina (2012), ao estudar 42 instrumentos de chamadas públicas no estado de São Paulo, observa problemas como: a falta de detalhamento no texto das chamadas públicas; a não priorização dos grupos sociais previstos na legislação; a não previsão da possibilidade de mudança nos preços e de troca de produtos. Balem, Alves (2018) observaram em um estudo realizado em 19 prefeituras, que várias delas sequer faziam as chamadas públicas, ou faziam uma chamada anual, com pouca ou nenhuma divulgação, dificultando o acesso das famílias agricultoras ao mercado institucional.

Triches (2010), Froehlich (2010) e Balem (2015) demonstram que a ação de diversos atores e entidades locais desencadeou um processo em prol de uma nova consciência alimentar, valorizando a cultura e buscando criar estratégias para incluir os AF. Também transparece a necessidade de uma nova organização da produção dos agricultores para atender ao mercado do PAE. Outras questões abordadas envolvem a necessidade de instaurar um diálogo na escola, para que haja um movimento da mesma a favor do consumo dos produtos da AF e a necessidade de reformulação dos cardápios, questões também evidenciadas por Paiva (2011).

Balem (2015) demonstra um importante avanço no município de Santiago-RS, onde se estabeleceu um espaço público e um projeto político de alimentação em torno do PAE, construído por instituições envolvidas com a implementação do PNAE. A autora percebe nesse município, entre os articuladores da política pública e os agricultores envolvidos, um discurso de defesa do PNAE e da compra dos produtos da AF, pois percebem, no âmbito político uma possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar, de melhoria da alimentação para os escolares e acima de tudo, a possibilidade de criação de um sistema agroalimentar diferenciado.

Todos os estudos aqui citados demonstram a importância da construção de sinergias entre as diversas instituições presentes nos municípios, relacionadas ao mercado institucional da alimentação escolar. Esses mercados representam oportunidades para os agricultores familiares que extrapolam o próprio mercado, principalmente no sentido de *scaling up*; assim, as ações e o protagonismo institucional local são importantes. Entre essas instituições, Balem (2015) salienta a importância das organizações responsáveis pela extensão rural. Nesse sentido, um serviço de extensão rural consoante às especificidades de mercado institucional do PNAE poderia ser um dos diferenciais para que os agricultores familiares desenvolvessem as habilidades necessárias para o acesso a ele.

Um estudo realizado por Balem, Fialho e Silva (2016) demonstra que a oferta de produtos da AF aquém da demanda do PNAE em

municípios tem sido ocasionada por falta de organização dos agricultores, problemas na construção do mercado institucional e falta de apoio e assessoria para realocar e reordenar a lógica da produção. Com relação à produção, os autores salientam que os maiores entraves para os agricultores estão relacionados à dificuldade de escalonar produção, deficiência de manejo de culturas e falta de orientações para a produção orgânica e agroecológica.

Ainda sobre o alcance das compras de produtos da agricultura familiar, Thies, Grisa, Schneider e Belik (2016) mostram que o número de prefeituras brasileiras que não realizaram aquisições em 2014 é de 23%. Os autores ainda mostram que do total dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, apenas 23,3% foram aplicadas na compra de produtos da AF, ou seja, 6,7% abaixo do mínimo preconizado pela legislação. Para Triches (2010), pequenos municípios têm mais probabilidade de constituírem laços e pautarem-se em valores tradicionais, oferecendo condições para a efetivação de outras formas de relações sociais que contribuem para o estreitamento da cadeia de abastecimento alimentar aos moldes do PNAE. A autora questiona a capacidade de estabelecer mercados por meio de cadeias curtas de abastecimento em grandes centros urbanos.

Os estudos da compra de produtos da AF para a alimentação escolar brasileira, estabelecida principalmente com a legislação de 2009, demonstra a potencialidade desse mercado no sentido de reconectar a produção e o consumo, melhorar a qualidade da alimentação, respeitar os hábitos alimentares e promover o desenvolvimento local. No entanto, as mudanças requeridas se dão em um processo e não são eventos isolados, isso exige uma série de transformações, principalmente do Estado. A concertação social necessária para a construção do PAE parece ser o fator fundamental para o sucesso da compra local da AF. Nesse sentido, diversos atores de diversos setores são fundamentais. A organização da produção e o atendimento de alguns requisitos de qualidade, como embalagem e processamento, parecem ser um

dos pontos que precisa ser trabalhado, para que o potencial do mercado seja explorado. Há também a necessidade de uma reformulação das estruturas escolares, desde os locais de processamentos das refeições até a educação alimentar.

O programa de alimentação escolar brasileiro, com as mudanças instituídas a partir de 2009, traz um claro compromisso com o desenvolvimento local, incluindo o que Morgan e Sonnino (2008) apontam como primordial para os PAE, ou seja, o compromisso e a responsabilidade do Estado em, através dos contratos públicos, ser uma porta de entrada para a discussão e implementação da NEA. Os PAE na lógica do HGSF passam de programas de fornecimento de alimentos para programas de desenvolvimento, sendo a reconexão entre a produção e o consumo o elemento chave para essa mudança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação do padrão alimentar industrial produz alimentos extremamente processados, desligados da origem, produzidos em grande escala, sem identidade local e apontados como causa de uma epidemia mundial, a obesidade. A obesidade e a desnutrição, infelizmente ocupam espaço semelhante na agenda de discussão em torno da alimentação. Por outro lado, a completa desvinculação da produção e do consumo produz o alimento global, como uma mera mercadoria, sem vínculo social ou cultural. As questões ambientais também aparecem estreitamente ligadas com a cadeia alimentar. Assim, os problemas ambientais da produção agrícola atual e os gastos com transporte desse alimento global põem em risco a própria sobrevivência do modelo. É preciso construir o caminho contrário do modelo agroalimentar moderno e a realocação se impõe como meta.

A Nova Equação Alimentar traduz o surgimento dos sistemas agroalimentares alternativos como enfrentamento ao sistema agroalimentar industrial e das suas conseqüências. Assim, a alimentação na atualidade assume um caráter importante na agenda de discussões e na formulação de políticas públicas. Os mercados institucionais, principalmente da alimentação escolar,

representam a oportunidade do Estado tratar a alimentação com uma questão pública. Por conseguinte, esse tem dois papéis fundamentais, como formulador de políticas capazes de apoiar redes socioprodutivas locais e como articulador entre a produção e o consumo.

Essa discussão por uma Nova Equação Alimentar também tem modificado a visão de um importante programa mundial de alimentação, o WFP. A partir dos resultados do relatório «Repensando a Alimentação Escolar» o programa mudou a abordagem. A principal mudança foi sair da ação do fornecimento de alimentos diretamente para famílias vulneráveis para a ação de organização de programas de alimentação escolar, no sentido de construir uma abordagem mais sustentável no longo prazo e que dialoga com o desenvolvimento local dos países e regiões. Desta forma, isso significa apoiar e capacitar os governos para que desenvolvam PAE mais eficientes com capacidade de –ao longo da consolidação–, se desvincular da ajuda externa. Outra questão apontada pelo WFP é a aquisição local e a ligação com a agricultura familiar como um compromisso para melhorar a qualidade dos alimentos dos PAE, atingindo assim a região onde as escolas estão inseridas e sendo um componente de desenvolvimento local.

O PAE brasileiro é citado pelo WFP como exemplo pela sua universalidade, pelo caráter descentralizado de implementação e pela política atual de compra dos agricultores familiares. De fato, a exigência legal de compra de no mínimo 30% dos alimentos da agricultora familiar, a elaboração de cardápios escolares que respeitem a cultura alimentar local, a produção agrícola e a sazonalidade, demonstram um avanço no aparato estatal para a viabilização dos contratos públicos que buscam construir o caminho alternativo ao atual regime agroalimentar. Os estudos do mercado institucional estabelecido pelo PAE brasileiro demonstram que muitos benefícios são alcançados com essa política, dentre eles: i) uma alimentação escolar de maior qualidade, com maior diversidade de produtos, alimentos mais frescos, menos processados e mais de acordo com a cultura alimentar local; e, ii) uma concertação social local a favor da

operacionalização do programa, gera benefícios que vão além do próprio programa. Esses benefícios incluem, por exemplo, a discussão da cultura alimentar e da alimentação saudável; a criação de um mercado para os agricultores familiares e o reconhecimento da importância desses para a construção de um sistema alimentar diferenciado; a reconexão da produção e o consumo; o envolvimento de diversos setores da sociedade e o desenvolvimento local, entre outros.

Não obstante, esses benefícios se alcançam com algumas questões que ora podem ser encaradas como pontos de estrangulamento, ora como dificuldades inerentes ao processo de reconfiguração do paradigma agroalimentar, portanto são possíveis de serem transformadas no decorrer da consolidação do sistema agroalimentar alternativo. Essas dificuldades, percebidas no caso brasileiro, estão circunscritas no debate do WFP e de Morgan e Sonnino, quando lembram que o processo é dependente de estratégias diferenciadas das utilizadas até então pelos programas aos moldes do sistema agroalimentar industrial. O programa brasileiro aponta como avanço o processo de compra da AF via chamada pública, embora muitos municípios ainda não estejam preparados para esse diálogo tão íntimo com os agricultores e com a pequena escala. É necessária uma reforma no processo de compra nos contratos públicos, pois o Estado tem um aparato regulatório que está beneficiando grandes empreendimentos em um número pequeno de operações. Isso dificulta a compra em pequena escala e a inserção de múltiplos atores nos contratos, que seria o caso da agricultura familiar.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores brasileiros para acessar o PNAE tais como logística, organização da produção, embalagens, armazenamento, processamento e atendimento da demanda em termos de diversidade e quantidade, também estão no centro da discussão das estratégias necessárias para a viabilidade dos programas internacionais. Ou seja, é preciso que os programas contemplem ou busquem sinergias com outros programas para viabilizar a assessoria aos agricultores, crédito e mudanças regulatórias

que beneficiem a pequena produção, a agroindustrialização e a comercialização.

Os programas de alimentação escolar estão sendo discutidos como um dos caminhos para se reconstruir um processo de desenvolvimento diferenciado, onde o consumo passa a ocupar um lugar privilegiado no rol das forças propulsoras de um desenvolvimento sustentável, localizado e construído de baixo para cima. Nesse sentido, a alimentação escolar representa a porta de entrada para a revolução na alimentação e consolidação da NEA.

REFERÊNCIAS

- Arretche, M. (2000). *Estado Federativo e políticas públicas*: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro / São Paulo, Brasil: Revan / FAPESP.
- Balem, T. A. (2015). *O programa de alimentação escolar brasileiro e a narrativa alternativa dos alimentos: convergências e desafios*. (Tese de doutorado inédita). Programa de Doutorado em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
- Balem, T. A. e Alves, E. de O. (2018). A agricultura familiar está acessando o mercado institucional da alimentação escolar? Um estudo exploratório do Corede Central do Rio Grande do Sul, Brasil. [Anais do] *Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU)*, 10, 2018. Montevideo, Uruguay: ALASRU
- Balem, T. A., Fialho, M. A. V. e Silva, I. C. L. da. (2016). O papel da extensão rural na construção do mercado institucional da alimentação escolar no Brasil. *Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 36(2), 132-145. doi: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.465>
- Balem, T. A., Silva, G. P., Silveira, P. R. C. da e Viero Bem, A. (2013). O PNAE como política pública impulsionadora de SIAL: um estudo a partir das experiências dos municípios de Santiago e São Francisco de Assis – RS. [Anais do] *Congresso Internacional de Sistemas Agroalimentares Localizados*, 6, Florianópolis, Brasil.
- Belik, W. A. (2012). Política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 19(2), 94-110, 2012. doi: 10.20396/san.v19i2.8634614.
- Belik, W. e Chaim, N. A. (2009). O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, 22(5), 595-607. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>
- Brasil. (1994). *Lei nº 8913 de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar*. Retirado de <http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>
- Brasil. (2001). *Medida provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências*. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2178-36.htm
- Brasil. Poder Executivo. (2009). *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências*. Brasília, DF, Brasil: *Diário Oficial da União*, 17 de julho de 2009, Seção 01, p. 02.
- Brasil. Conselho Deliberativo-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, CD/FNDE. (2009). *Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Retirado de <http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00001691.pdf>
- Brasil. Conselho Deliberativo-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, CD/FNDE. (2013). *CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Retirado de <http://migre.me/sbn7P>

- Costa, L. M. C. (2004). *O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Darolt, M. R., Lamine, C., Brandenburg, A., Alencar, M. de C. F. e Abreu, L. S. (2016). Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 19(2), 1-22. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>
- Díaz Méndez, C. e Gómez Benito, C. (2004). Sociología y alimentación. *Revista Internacional de Sociología*, 40(1), 21-46. doi: <https://doi.org/10.3989/ris.2005.i40.188>
- Espejo, F., Burbano, C. e Galliano, E. (2009). *Home-grown school feeding: a framework to link school feeding with local agricultural production*. Roma, Italia: WFP.
- Feenstra, F. e Ohmart, J. (2012). The evolution of the school food and farm to school movement in the United States: Connecting childhood health, farms, and communities. *Childhood Obesity*, 8(4), pp. 280-289. Doi: 10.1089/chi.2012.0023.
- Fernandes, P. F. (2013). *Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no programa de alimentação escolar do rio Grande do Sul*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE. (2012). *Programas/PNAE*. Brasília: FNDE. Retirado de <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>
- Food and Agriculture Organization-United Nations International Fund for Agricultural Development-United Nations Children's Fund-World Food Programme-World Health Organization, FAO-IFAD-UNICEF-WFP-WHO. (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all*. Roma, Italia: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Friedmann, H. (1993). After Midas's feast: Alternative food regimes for the future. Em: P. Allen (Ed.), *Food for the future: Conditions and contradictions of sustainability* (pp. 213-233). Nueva York, EE.UU.: Wiley.
- Friedmann, H. (2005). From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. Em: F. H. Buttel e P. McMichael (Eds.), *New Directions in the Sociology of Global Development (Research in Rural Sociology and Development, Vol. 11)* (pp. 227-264). Bingley, Reino Unido: Emerald Group Publishing Limited. [https://doi.org/10.1016/S1057-1922\(05\)11009-9](https://doi.org/10.1016/S1057-1922(05)11009-9)
- Froehlich, E. (2010). *A capacidade de «fazer diferente»: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Global Panel. (2015). *Healthy meals in schools: Policy innovations linking agriculture, food systems and nutrition*. Londres, Reino Unido: Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (Policy Brief).
- Gonçalves, L. A. R. (2013). *Gestão de políticas públicas para segurança alimentar e nutricional: uma análise do Programa Mais Educação no município de Benevides, Pará*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, Brasil.
- Goodman, D., DuPuis, E. M. e Goodman, M. K. (2012). *Alternative Food Networks: Knowledge, practice and politics*. Londres, Reino Unido: Routledge. doi: <https://doi.org/10.4324/9780203804520>
- Goodman, D. (2003). The «Turn Quality» and alternative food practices: Reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 53-70.
- Guivant, J. S. (2002). Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5, 89-99. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v5i0.22119>
- Hoddinott, J. (2016). *Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition Working Paper: The economics of reducing malnutrition in Sub-Saharan Africa*. Londres, Reino Unido: Global Panel on Agriculture and Food Systems for nutrition.

- Hodge, J. (2016). Hidden hunger: Approaches to tackling micronutrient deficiencies. Em: S. Gillespie, J. Hodge, S. Yosef e R. Pandya-Lorch (Eds.), *Nourishing millions: Stories of change in nutrition* (pp. 35-43). Washington, D.C., EE.UU.: IFPRI.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. (2020). *Pesquisa nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.
- Johnson, C. A. (2019). *A dieta da informação: uma defesa do consumo consciente*. São Paulo: O'Relley-Novatec, 2019.
- Knowles, T., Moody, R. e McEachern, M. G. (2007). European food scares and their impact on EU food policy. *British Food Journal*, 109(1), 43-67. <https://doi.org/10.1108/00070700710718507>
- Leão, M. e Maluf, R. S. A. (2012). *Construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília, Brasil: ABRANDH.
- Lopes, B. de J. (2017). *Análise da implementação do programa nacional de alimentação escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais*. (Tese de doutorado inédita). Programa de Doutorado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.
- Malina, L. L. (2012). Chamada pública: instrumento legal de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. Em: M. A. J. Corá e W. Belik (Eds.), *Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo* (pp. 13-28). São Paulo, Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Instituto Via Pública.
- McMichael, P. A. (2009). Food genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36(1), 139-169. doi: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>
- Mennell, S., Murcott, A. e Otterloo, A. H. V. (1992). *The sociology of food: Eating, diet and culture*. Londres, Reino Unido: Sage Publications.
- Menezes, F. e Santarelli, M. (2013). *Da estratégia «Fome Zero» ao «Plano Brasil sem miséria»: elementos da Seguridade Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
- Messias, L. S.; Camargo, R. A. L. de. (2016). A chamada pública como alternativa à licitação: seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Em: [Anais do] *Seminário Internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social*, 2. Retirado de <http://encurtador.com.br/hlFH2>.
- Morgan, K. (3 de novembro de 2004). *School meals and sustainable food chains: The role of creative public procurement*. [Apresentado em] The Caroline Walker Lecture, Royal Society, The Caroline Walker Trust, St Austell, Reino Unido.
- Morgan, K. (2006). School food and the public domain: The politics of the public plate. *The Political Quarterly*, 77(3), 379-287. doi: 10.1111/j.1467-923X.2006.00809.x
- Morgan, K. (2008). Greening the realm: Sustainable food chains and the public plate. *Regional Studies*, 42(9), 1237-1250. doi: 10.1080/00343400802195154
- Morgan, K. (2010). Local and green, global and fair: The ethical foodscape and the politics of care. *Environment and Planning A*, 42(8), 1852-1867. <https://doi.org/10.1068/a42364>
- Morgan, K. e Morley, A. (2002). *Relocalising the food chain: The role of creative public procurement*. Cardiff, Reino Unido: The Regeneration Institute, Cardiff University. Retirado de <http://orgprints.org/10852/1/RelocalisingProcurement.pdf>
- Morgan, K. e Sonnino, R. (2008). *The school food revolution: Public food and the challenge of sustainable development*. Londres, Reino Unido: Earthscan Publishing for a Sustainable Future.
- Morgan, K. e Sonnino, R. (2010a). The urban foodscape: World cities and the New Food Equation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 209-224. doi: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsq007>

- Morgan, K. e Sonnino, R. (2010b). Rethinking school food: The power of the public plate. Em: L. Starke e L. Mastny (Eds.), *2010 State of the world. Transforming cultures: From consumerism to sustainability* (pp. 69-74). Nueva York, EE.UU.: Earthscan.
- Nogueira, R. M. (2005). *O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas-SP*. (Tese de mestrado inédita). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Oliveira, M. L. de. (2013). *Estimativa dos custos da obesidade para o Sistema Único de Saúde do Brasil*. Brasília, 2013. (Tese de doutorado inédita). Doutorado em Nutrição, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília.
- Paiva, J. B. de. (2011). *Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Poppendieck, J. (2010). *Free for all: Fixing school food in America*. Berkeley e Los Angeles, California, EE.UU.: University of California Press, Series Studies in Food and Culture.
- Qureshi, M. E., Dixon, J. e Wood, M. (2015). Public policies for improving food and nutrition security at different scales. *Food Security*, 7, 393-403. doi: 10.1007/s12571-015-0443-z
- Rodrigues, P. da S. (2013). O programa nacional de alimentação escolar: história e modalidades de gestão. *RBP AE*, 29(1), 137-155. doi: <https://doi.org/10.21573/vol29n12013.42826>
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Soares, G. J. de V. (2020). *Controle social: a dimensão política das compras da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar*. (Tese de doutorado inédita). Doutorado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, Brasil.
- Soares, P. (2011). *Análise do programa de aquisição de alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina*. (Tese de mestrado inédita). Mestrado em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Tanumihardjo, S.A., Anderson, C., Kaufer-Horwitz, M., Bode, L., Emenaker, N. J., Haqq, A. M...Stadler, D. D. (2007). Poverty, obesity, and malnutrition: An international perspective recognizing the paradox. *Journal of the American Dietetic Association*, 107(11), 1966-1972. doi: 10.1016/j.jada.2007.08.007
- Thies, V. F., Grisa, C., Schneider, S. E. e Belik, W. (2016). Potencial das compras públicas como mercado para a agricultura familiar – uma análise do PNAE entre 2011 e 2014. Em: [Anais do] *SOBER, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 54, Maceió. Brasília, Brasil: SOBER.
- Triches, R. M. (2010). *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. (Tese de doutorado inédita). Doutorado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Triches, R. M. (2015). Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. Em: Grisa, K. e S. Schneider (Orgs.), *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* (pp.181-200). Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS.
- Turpim, M. E. A. (2009). Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares. [Anais do] *SOBER, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 47, Porto Alegre. Brasília: SOBER.
- United Nations Children's Fund, UNICEF. (2019). *The state of the world's children 2019. Children, food and nutrition: Growing well in a changing world*. Nueva York, EE.UU.: UNICEF.
- Van der Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização*. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS.

Whitworth, E., Druckman, A. e Woodward, A. (2017). Food scares: A comprehensive categorization. *British Food Journal*, 119(1), 131-142. doi: <https://doi.org/10.1108/BFJ-06-2016-0263>

Wiskerke, J. S. C. (2009). On places lost and places regained: Reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. *International Planning Studies*, 14(4), pp. 369-387. doi:10.1080/13563471003642803

World Food Programme, WFP. (2009). *Home-grown school feeding: a framework to link school feeding with local agricultural production*. Roma, Italia: WFP. Retirado de <http://migre.me/sbmlZ>

World Food Programme, WFP. (2013a). *United Nations World Food Programme* [Site oficial da WEB]. Roma, Italia: WFP. Retirado de <http://www.wfp.org/>

World Food Programme, WFP. (2013b). *State of school feeding worldwide 2013*. Roma, Italia: WFP.

World Food Programme, WFP. (2017). *WFP Strategic Plan (2017-2021)*. Roma, Italia: WFP. Retirado de <http://www.encurtador.com.br/chwIS>

World Food Programme, WFP. (2021). *World Food Programme strategy for support to social protection*. Roma, Italia: WFP. Retirado de <http://www.encurtador.com.br/bdpJR>

World Health Organization, WHO. (2013). *Obesity and overweight*. (Fact sheet n° 311, Updated March 2013). Retirado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>